

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIELA SOCANTI GONÇALVES

**PROJETO DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO PARA O
MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PRESIDENTE
EPITÁCIO/SP**

Curitiba/PR

2011

GABRIELA SOCANTI GONÇALVES

**PROJETO DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO PARA O
MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PRESIDENTE
EPITÁCIO/SP**

PROJETO TÉCNICO apresentado à
Universidade Federal do Paraná
para obtenção do título de
Especialista em Gestão Pública Municipal.
Orientador: Prof. Rodrigo Oliveira Soares.

Curitiba/PR

2011

Eu queria mudar o mundo, então acordei um dia e olhei para o espelho. Aquele que olhou de volta disse: “Não há muito tempo. A terra esta cheia de dor. Crianças passam fome. Nações continuam divididas por desconfiança e raiva. Em todo o lugar, água e ar são poluídos sem nenhuma ajuda. Faça algo!”

Michael Jackson

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é uma tarefa fácil, tampouco uma tarefa justa. Para não correr o risco da injustiça, agradeço primeiramente a Deus, e a todos aqueles que passaram pela minha vida e que de alguma forma contribuíram para a formação de quem sou hoje.

A Universidade Federal do Paraná pelo privilégio e pela oportunidade que me foram concedidos.

Particularmente aos tutores Sílvio Benitez, Cristiano Caveião e ao professor e orientador Rodrigo Oliveira Soares, por suas vocações inequívocas, e pela dedicação e contribuição através de suas experiências e competência profissional.

Aos meus pais, irmãos, e namorado que acreditaram em minha capacidade. Pela dedicação, esforço e compreensão em todos os momentos desta caminhada, assim como em todas as outras já percorridas.

Enfim, agradeço sinceramente a todos aqueles que doaram de alguma forma, um pouco de si, para que tornasse possível a conclusão deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho propôs um projeto de implantação de Orçamento Participativo para a Estância Turística de Presidente Epitácio. Demonstrou os principais conceitos de OP, a fundamentação em que esta inserido e sua importância democrática. O método de abordagem utilizado foi o hipotético-dedutivo. E como método de procedimento, o método comparativo. Após, foi feita uma descrição geral do município, demonstrando suas características organizacionais, seu orçamento, número de funcionários, instalações físicas e um pequeno histórico de sua origem. Bem como o diagnóstico, através de uma avaliação geral do município em relação aos elementos de Gestão Pública. No desenvolvimento da proposta, foi abordado o tipo de estrutura a ser implantada, bem como seus procedimentos, métodos e técnicas, usando por base orçamentos participativos já existentes. Já no plano de implantação, foram descritas algumas estratégias e forma de monitoramento do OP. Foi visto ainda quais os recursos necessários para sua implantação. Por fim, Foram demonstrados seus resultados esperados, bem como seus riscos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CESP – Companhia Energética de São Paulo

CONOP – Conselho do Orçamento Participativo

COP – Coordenadoria do Orçamento Participativo

FMRU – Fórum Metropolitano de Reforma Urbana

IFF – Instituto Florestan Fernandes

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

ONG – Organização Não Governamental

OP – Orçamento Participativo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ORGANOGRAMA
ORGANOGRAMA 1 18

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
1.1 Apresentação/Problemática	09
1.2 Justificativa	10
2 REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA	11
3 METODOLOGIA	13
4 ORGANIZAÇÃO PÚBLICA	14
4.1 Descrição Geral	15
4.2 Diagnóstico da Situação-Problema	16
5 PROPOSTA	17
5.1 Desenvolvimento da Proposta	17
5.2 Plano de Implantação	20
5.3 Recursos	21
5.4 Resultados Esperados	22
5.5 Riscos ou Problemas Esperados e Medidas Preventivos Corretivas	24
6 CONCLUSÃO	24
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	26
ANEXO I	29

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação/ Problemática:

Presidente Epitácio é um dos municípios do estado de São Paulo que, através de lei estadual, possui o título de Estância Turística, e devido a isso tem um tratamento diferenciado com relação a investimentos estaduais para com o mesmo, já que existe o incentivo de turismo e cultura.

Banhado pelo Rio Paraná, o município recebeu um grande impacto ambiental devido ao enchimento do reservatório da usina Sérgio Motta, e em decorrência deste fato passou a receber da Companhia Energética de São Paulo - CESP indenizações monetárias e também em forma de benfeitorias.

O município conta com diversos pontos turísticos como o Parque Figueiral, a Orla Fluvial, Horto Florestal, etc. e atrações como o carnaval, o Festival da Pesca, etc. o que atraem o público. Porém, o comércio e a infraestrutura da cidade deixam a desejar em vários aspectos, não atendendo satisfatoriamente toda a população e nem aos visitantes. Educação, saúde e empregabilidade também são fatores que tem muito a evoluir, e descontentam muito a população local.

Diante disso seria muito importante para o município a participação da população nos planos e orçamentos, para que estas necessidades sejam colocadas a tona, e assim melhorando a qualidade de vida da comunidade progressivamente, pois, a administração passará a atender o que a população em geral quer e precisa, agindo diretamente ao ponto, e não tomando decisões que seus representantes acham necessário. E uma das ferramentas democráticas que podem ser utilizadas para que isto seja posto em prática é o Orçamento Participativo.

Existem Orçamentos Participativos com características diferentes, pois, o mesmo deve se adaptar as necessidades do próprio município. Sendo assim, a questão a ser enfocada neste trabalho é a seguinte: qual é o modelo que melhor se adaptaria ao município da Estância Turística de Presidente Epitácio?

Objetivo geral do trabalho

O objetivo do trabalho será propor um modelo de Orçamento Participativo que seja adequado às necessidades e características do município da Estância Turística de Presidente Epitácio.

Objetivos específicos do trabalho

- ✧ Definir as necessidades do município;
- ✧ Fazer comparações entre outros modelos de Orçamento Participativo;
- ✧ Verificar-se qual o melhor se adéqua a realidade do município.

1.2 Justificativa

A Lei de Responsabilidade Fiscal reza a participação popular nos planos e orçamento da Administração pública, e com a fragilidade democrática que ocorre no município Presidente Epitácio, um instrumento de grande valia que pode ser implantado é o Orçamento Participativo.

Através dele é possível alcançar o que é realmente necessário para a população. O planejamento e suas execuções se tornam mais transparentes, objetivos, eficientes, eficazes e satisfatórios. Ele otimiza a governança urbana (expandindo e aprofundando a participação, diferencia qualitativamente o seu sistema de prestação de contas, tendo maior igualdade, e maior segurança pública) e, principalmente vincula os processos democráticos com resultados concretos e perceptíveis a curto prazo, pois faz com que o município preste contas a população.

A implantação deste instrumento teria o intuito de ocasionar alterações significativas da relação Estado-sociedade, colocando em ordem as prioridades sociais, e promovendo a justiça social, gerando assim uma cultura democrática participativa, pois a partir do momento em que os cidadão definem suas prioridades

eles têm a possibilidade de melhorar significativamente a sua qualidade de vida, além de poder controlar e monitorar a execução do orçamento.

2 REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

A participação da população na elaboração de planos e orçamentos é prevista pelo art. 48 da LRF, com redação modificada pela LC 131/2009 conforme a seguir:

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:
I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; [...]

Porém, não é o que ocorre em todos os municípios. É possível, por exemplo, a elaboração do orçamento através de participações populares forçadas, tornando-se assim um mero formalismo.

O orçamento participativo é um importante instrumento de complementação da democracia representativa, pois permite que o cidadão debata e defina os destinos de uma cidade. Nele, a população decide as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano, com os recursos do orçamento da prefeitura. Além disso, ele estimula o exercício da cidadania, o compromisso da população com o bem público e a co-responsabilização entre governo e sociedade sobre a gestão da cidade. (Portal da Transparência do Governo Federal, 2011).

Segundo Souza (2001), alguns fatores e políticas antecederam e facilitaram a adoção de políticas como o OP. O primeiro é a existência de algumas experiências semelhantes, anteriores à redemocratização. O segundo é o aumento dos recursos municipais como resultado da redemocratização, combinado com a decisão de vários governos locais de promover ajustes nas respectivas finanças públicas. O terceiro fator é o aumento da presença de partidos considerados de esquerda nos governos locais, em especial nas grandes cidades.

Surgido no Brasil no final da década de 80, o Orçamento Participativo tem ganhado projeção no cenário internacional. Estima-se que atualmente existam cerca de duas mil experiências de Orçamento Participativo no mundo, muitas delas desenvolvidas e inspiradas nas iniciativas brasileiras. Com cerca de duas décadas de gradativa e crescente experiência com programas de Orçamento Participativo, o Brasil virou uma referência internacional quando se fala em democracia participativa. (Rede Brasileira de Orçamento Participativo 2011).

Os processos para que ocorra a participação da sociedade são feitos através de diferentes formas em cada município, por meio de assembleias abertas e periódicas que geralmente são realizadas em sub-regiões municipais, bairros ou distritos, em discussões temáticas e/ou territoriais e elegem ainda delegados representantes, para negociações diretas com o governo.

Segundo Gugliano (2004), se bem a proposta de orçamento participativo nasce no Brasil, outros países estão buscando inovar na forma como esta vem sendo aplicada. Queremos dizer, não existe uma transposição da proposta brasileira para outros países, mas uma adaptação deste modelo participativo de discussão do orçamento público. No caso porto-alegrense, inicialmente houve uma ampliação da estrutura organizativa, a partir da estruturação de duas rodadas de discussão e a formação das assembleias temáticas. Esta ampliação permitiu um maior acesso da população às reuniões de discussão orçamentária, assim como agilizou o debate sobre os diferentes aspectos contemplados pelo orçamento público. Já nos casos de Buenos Aires e Montevideu o orçamento participativo compõe um espectro mais amplo de políticas que visam, não apenas democratizar a discussão orçamentária, mas descentralizar a gestão pública na cidade. É assim que pode ser percebida a articulação, no primeiro caso, com os Centros e Gestão e Participação, e no segundo caso com os Centros Comunitários. Partindo desta ideia Gugliano percebeu que, apesar de existirem, como em Porto Alegre, assembleias populares, estas dividem a centralidade do processo com as instâncias de descentralização disseminadas pelo município.

No município de Vitória da Conquista, segundo Viana (2009), foi adotada uma sistemática onde as demandas aprovadas através de um congresso, cada uma delas, seriam encaminhadas para respectivas secretarias municipais. Outra característica deste modelo é o desenho institucional do OP, que ampliou-se para diversas microrregiões compreendendo a zona rural e urbana, aumentando assim o número de participantes.

Surgiram tentativas de OP também no município de São Paulo, onde, de acordo com Dias (2006), foram elaboradas propostas de estrutura pelo IFF - Instituto Florestan Fernandes, através da qual foi possível identificar que a posição do OP dentro da administração municipal passaria a ter uma conotação ampla, a medida em que, tanto a Coordenadoria do Orçamento Participativo (COP) como o Conselho do Orçamento Participativo (CONOP), teriam vínculos diretos com o Gabinete do Prefeito, ficando caracterizada a delimitação do espaço da participação e sua amplitude dentro do governo.

Já na cidade de Belém, segundo Costa (2005):

A estratégia para garantir a participação popular na cidade de Belém, em 1992, foi à criação do Fórum Metropolitano de Reforma Urbana-FMRU. O manifesto de criação do FMRU é assinado por 21 entidades, incluindo o movimento popular, sindical, ONG's, partidos políticos, associações profissionais, etc. Essa articulação entre entidades urbanas visou ser "[...] um escopo de debates político, de proposição alternativa às políticas públicas e de lutas pela Reforma Urbana" (MANIFESTO FMRU, 1992 apud SOUZA, 1997, p. 1837).

Portanto, nota-se que, cada município tem suas características, bem como seus interesses políticos, sociais e econômicos, o que o leva a implantar ou não um modelo de Orçamento Participativo. Se sim, deve ser criado um modelo próprio, que se adéque as suas necessidades, mesmo tomando por base outros modelos já existentes.

3 METODOLOGIA

O trabalho definirá as características do município e em sequencia fará comparações entre outros modelos de Orçamento Participativo, utilizando a técnica da documentação indireta sobre o tema.

Verificará e dará sugestão, através de análises feitas nas etapas anteriores, de qual o modelo de Orçamento Participativo melhor se adequará a realidade e necessidades do município.

A proposta utilizará não apenas um modelo de um de determinado município, e sim a junção de vários pontos de cada OP estudado, e assim propondo um OP diferenciado que atenda o município em questão.

O método de abordagem utilizado será o hipotético-dedutivo. E como método de procedimento, o método comparativo. Seguirá o caminho do método hipotético-dedutivo, pois partirá da possibilidade de que existe uma forma Orçamento Participativo que condiz com as características do município de Presidente Epitácio e que será capaz de atender suas necessidades. O método de procedimento comparativo será utilizado quando fizer a análise e a comparação entre outros tipos de Orçamentos Participativos utilizados em diversos municípios.

4 A ORGANIZAÇÃO PÚBLICA

Uma Organização Pública pode ser definida como um conjunto de pessoas que se interagem com o propósito de prestarem serviço à população, e segundo Beer (1993), a administração é a profissão do controle da organização.

A Administração Pública tem como objetivo prestar serviços para a sociedade. Elas podem ser consideradas como sistemas dinâmicos, extremamente complexos, interdependentes e inter-relacionados coerentemente, envolvendo informações e seus fluxos, estruturas organizacionais, pessoas e tecnologia. Elas cumprem suas funções, buscando uma maior eficiência na máquina pública e um melhor atendimento para a sociedade (Dias, 1998).

No momento em que os administradores públicos permitem a participação da população em suas decisões, eles acabam incluindo no perfil de sua organização uma ferramenta de muita valia - a democracia. Esse instrumento faz com que a organização entre em contato direto com o que é realmente necessário para a sociedade.

4.1 Descrição Geral

De acordo com Moroni (2008, p. 23) Presidente Epitácio inicia sua história no século XX, “[...] da construção de uma estrada de rodagem que ligasse o trecho compreendido entre o ‘sertão desconhecido’ e ‘despovoado’ desta parte do estado de São Paulo, com o sul de Mato Grosso”.

Tentou-se por um longo período de tempo a inclusão dessa estrada, que era um empreendimento de difícil acesso devido aos grandes perigos existentes. Somente no ano de 1907 o Capitão Francisco Whitaker em 1907 acabou por decidir administrar tal empreitada, e por suas próprias palavras relata como foi criada Presidente Epitácio: “No dia primeiro de Janeiro de 1907, ao meio dia, depois de trinta e um dias de penosa navegação, a flotilha estava ancorada no Porto Tibiriçá. Era o termo de nossa viagem. A primeira etapa estava vencida” (MORONI, 2008).

No ano de 1908 (MORONI, 2008) a Estrada Boiadeira é inaugurada e, por consequência, nasce o Porto Tibiriçá. Inicia-se portanto uma abundante compra e venda de gado entre os dois estados (Mato Grosso e São Paulo), os negócios da Companhia de Viação São Paulo - Mato Grosso (criada pelo Coronel Diederichsen e por Francisco Tibiriçá) se expandiam, pois, pagava-se pedágio para fazer o transporte através da estrada, existia ainda a travessia em balsa, e o uso de áreas para pousos e para pastos e, por consequência disto o Porto Tibiriçá começou a se expandir, nascendo assim um patrimônio, batizado de Vila Tibiriçá. Tal área era privada, e com o passar dos anos começou a ser habitada por seus funcionários, passando assim a se chamar porto de Presidente Epitácio.

Presidente Epitácio torna-se Município através da Lei nº 233, de 24 de dezembro de 1948, em 27 de março de 1949 é instalado o município de Presidente Epitácio com seus Poderes Municipais: Executivo e Legislativo. E por atender os requisitos necessários, em 20 de julho de 1990, recebe o título de Estância Turística, através da Lei Estadual nº 6.956 (MORONI, 2008).

O município que tem o *status* de estância turística recebe incentivos financeiros específicos. A Lei nº 7.862, de 1.º de junho de 1992 estabelece as normas funcionais do Fundo de Melhoria das Estâncias e fixa ainda os critérios

necessários para a transferência e a aplicação de seus recursos, portanto, reza que “[...] 50% do orçamento anual do Fundo serão distribuídos de forma igualitária entre todas as estâncias”. Os 50% restantes seriam proporcionalmente distribuídos de acordo com o percentual de formação da receita de arrecadação dos impostos municipais das mesmas.

É importante salientar ainda que o município conta com diversos pontos turísticos como o Parque Figueiral, a Orla Fluvial, Horto Florestal, entre outros, e atrações como o carnaval, o Festival da Pesca, etc. o que atraem o público. Porém, o comércio e a infraestrutura da cidade deixam a desejar em vários aspectos, não atendendo satisfatoriamente toda a população e nem aos visitantes.

Segundo dados do IBGE cidades, hoje o município conta com aproximadamente 42 mil habitantes, onde o PIB per capita era de R\$ 8.862,55 em 2008. São 8.174 pessoas ocupadas, um total de 10 estabelecimentos de saúde pública, 21 escolas de ensino fundamental, 9 de ensino médio e 8 pré-escolas, onde contou com 6.241 matrículas no ensino fundamental, 2.005 no ensino médio e 776 no pré escolar (dados de 2009). O que demonstra através de números as características e necessidades do município para com a empregabilidade, saúde e educação.

Características importantes da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Presidente Epitácio estão descritas na Lei Municipal 035/2005 (vide Anexo I).

A Organização conta com aproximadamente 1200 funcionários, e com uma estimativa total de receita orçamentaria de 2010 à 2013 de R\$ 186.995.967,67. Suas instalações estão em vários pontos da cidade, separados por secretarias.

4.2 Diagnóstico da Situação Problema

Gestão democrática é uma realidade praticamente inexistente no município de Presidente Epitácio. Assunto esse, de extrema importância para as duas partes, ou seja, para a população que se encontra descontente com o que presencia (falta de infraestrutura, desemprego, saúde e educação de baixa

qualidade), e para a administração, que poderia ter a participação popular como forte aliado para suas decisões de planos e orçamentos, beneficiando assim, a sociedade.

A Lei Orgânica do município em alguns momentos prevê tal assunto:

ARTIGO 97 - A Administração Municipal direta, indireta ou funcional obedecerá aos princípios de legabilidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação e interesse público, transparência e participação popular, bem como aos demais princípios constantes nas Constituições Federal e Estadual.

[...]

ARTIGO 212 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...]

VI – gestão democrática de ensino, garantida a participação de representantes da comunidade.

[...]

ARTIGO 226 - Será garantida a participação da comunidade na gestão e planejamento da política de creches e pré – escolas.

Observa-se também, que a Lei Complementar nº 035 de 21 de setembro 2005, em seu inciso I, Art. 3º e Art. 40 (vide Anexo I) também dispõe sobre o planejamento participativo municipal.

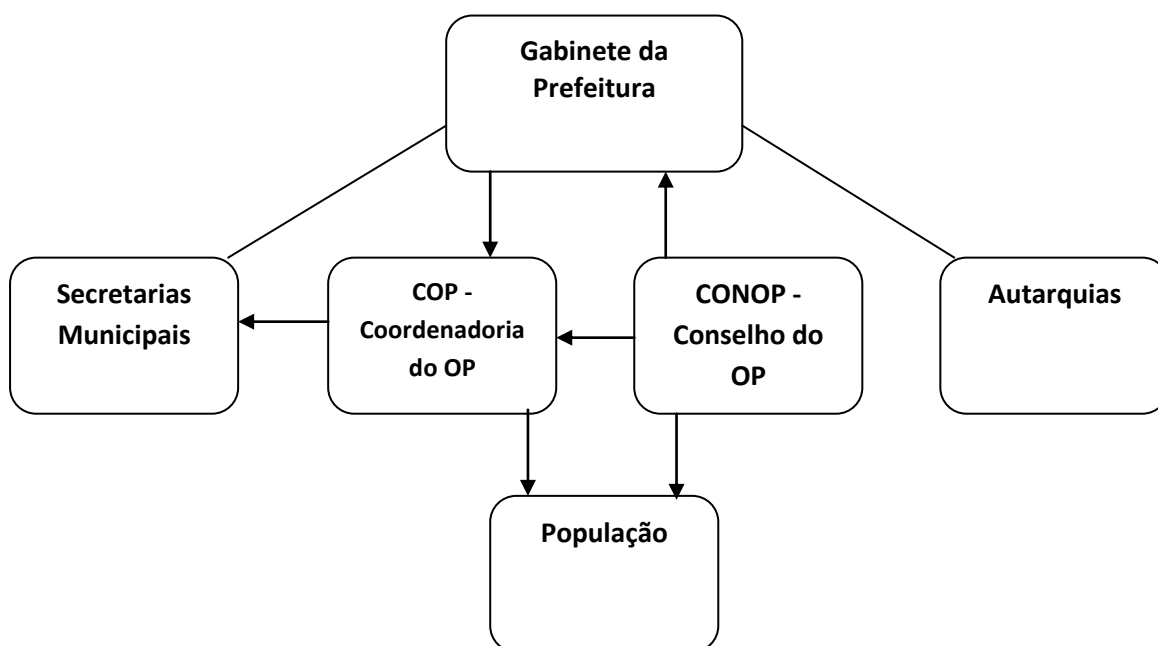
Porém nota-se que não é o suficiente para se considerar um município com gestão totalmente democrática e participativa, principalmente se considerarmos, que esses assuntos não estão em prática, ou se estão, a grande maioria da população desconhece.

5 PROPOSTA

5.1 Desenvolvimento da Proposta

A proposta inicial deste projeto é criar na Prefeitura de Presidente Epitácio uma estrutura complementar, incluindo uma Coordenadoria e um Conselho para o Orçamento Participativo, como no organograma a seguir:

ORGANOGRAMA 1



FONTE: DIAS (2006).

Desta forma o OP passa a ter uma conotação ampla, a medida que, tanto a Coordenadoria do Orçamento Participativo (COP) como o Conselho do Orçamento Participativo (CONOP), teriam vínculos diretos com o Gabinete do Prefeito, ficando caracterizada a delimitação do espaço da participação e sua amplitude dentro do governo.

Com a estruturação feita, propõem-se os seguintes passos para a execução do OP em Presidente Epitácio:

Inicia-se quando a COP planeja para o ano a escala de plenárias (regionais ou temáticas). Para tanto é feita a divulgação de diversas formas, para que a população se sinta atraída.

Nas Plenárias Regionais são apresentados dados financeiros e orçamentários do município e, principalmente, os problemas existentes em cada região, cabendo a prefeitura, através da COP constar tudo em ata as respectivas reivindicações aprovadas neste nível de encontro (como manutenção de serviços públicos ou investimentos públicos). No caso de manutenção a reivindicação pode ser passada diretamente para a secretaria de sua natureza, enquanto os

investimentos devem ser discutidos e aprovados a nível de COP. Sendo, no caso dos investimentos, aprovado um numero máximo de duas prioridades.

Quanto as Plenárias Temáticas, apenas um assunto é discutido, nos mesmos moldes das plenárias regionais, ou seja, sendo aprovado um numero máximo de duas prioridades.

Após os encontros (regionais ou temáticos) serão escolhidos representantes para cada prioridade, sendo eles chamados de Delegados e são escolhidos proporcionalmente ao numero de presentes nas reuniões, para que participem do Congresso de Orçamento Participativo.

Através do Congresso do OP aprova de forma definitiva as prioridades que constarão na proposta final do Orçamento Participativo, e ser encaminhada para a Administração Municipal, e assim integrar sua proposta orçamentaria para o ano seguinte.

O Congresso do OP será dividido em quatro momentos, são eles:

1º) Credenciamento dos Delegados, já optando por determinado grupo de discussão; e Abertura do evento;

2º) Aprovação de prioridades em nível de grupos de discussão;

3º) Aprovação final em nível de plateia geral nas prioridades aprovadas no grupo de discussões; e

4º) Encerramento dos trabalhos e eleição do Conselho do Orçamento Participativo.

O Conselho do OP se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente o quanto for necessário.

São muitos os obstáculos para publicizar o orçamento público. Romper com práticas privatistas requer o fortalecimento de um projeto de sociedade que seja capaz de orientar novas formas de fazer política que envolvem novos sujeitos políticos dispostos a disputar projetos, articular e negociar em torno dos interesses públicos. Essas atitudes são constitutivas da construção e aprofundamento constante da democracia. O OP tem um potencial para transformar a realidade, mas a maior ou menor radicalização democrática dependerá sem dúvida dos projetos em disputa no interior deste espaço público (FERRI, 2009).

5.2 Plano de Implantação

Inicialmente, a estratégia de implantação será reunir entidades de interesse público municipal para apresentar e discutir a proposta de criação de Orçamento Participativo, para que garantam a participação da sociedade.

No caso de Presidente Epitácio como não houve manifestações públicas, ou interesse da sociedade, será preciso induzi-los.

Apesar de diferentes atores demonstrarem, em maior ou menor grau, interesse pela questão orçamentária municipal, a força determinante para o surgimento de um orçamento participativo é de dirigentes municipais. Devendo assim, repensar o modelo de gestão atual da cidade se deslocando para a valorização da organização de um orçamento participativo, figura organizacional, figura muito mais presente para as comunidades pobres que verão na discussão orçamentária uma maior possibilidade de garantir melhorias nas condições de moradia das regiões mais carentes da cidade.

Portanto a proposta é unir a força das entidades que são diretamente ligadas a população com os dirigentes municipais, que podem fazer com que o projeto aconteça. Após isto as próximas etapas são a execução do OP, definidas já no subitem anterior, e o fato importante a ser discutido agora é sobre o monitoramento do OP.

Propõe-se que o COP tenha a responsabilidade e o dever de fiscalizar, propor e deliberar acerca do planejamento e execução das receitas e despesas municipais.

Mas o fato é que nesse caso o ator que pode fazer o monitoramento é a própria população, pois se trata da relação Estado-Sociedade, onde as duas partes trabalham juntas para um melhor desenvolvimento social. E conforme a UN-Habitat (2004) cabe a Administração municipal, garantir a prestação de contas através de Audiências Públicas, Folhetos ou encartes de jornal com informações detalhadas e, disponibilização das informações no *site* do município.

5.3 Recursos

O custo de implantação e operacionalização de um orçamento participativo, varia de acordo com as características do município em termos de cultura populacional democrática, da vontade política e funcional da prefeitura em fazer acontecer.

Em conformidade com a UN-Habitat (2004), esse processo é custeado da seguinte forma:

O Orçamento Participativo resulta numa série de custos para o governo municipal. Para implementar o OP de forma adequada, são necessários quatro tipos de recursos: a) funcionários municipais comprometidos e treinados para implementar o processo, inclusive interessados em trabalhar à noite e nos finais de semana; b) meios de transporte circulando em todos os bairros para transportar os funcionários; c) amplos recursos de comunicação a fim de compartilhar as informações com o público; d) pessoal disponível para fazer os estudos técnicos, econômicos e orçamentários, bem como estudos de viabilidade das necessidades priorizadas.

Quanto aos recursos humanos, é de extrema importância a existência do voluntariado, tanto na parte de seu funcionalismo, quanto nas tomadas de decisões, que devem ser feitas pelos departamentos ligados ao OP.

O voluntariado é claramente visível em cada estágio do ciclo do OP, tanto na elaboração do orçamento como na fase de execução. Para reforçar a participação cidadã e a ação voluntária, algumas cidades incluíram essa dimensão como critério para a priorização das obras.

Além disto, a análise das experiências demonstra que o Orçamento Participativo canaliza o capital social, encoraja ações voluntárias, e reativa as tradicionais práticas comunitárias voluntárias, por exemplo, as “mingas” (ou “minkas”) na região Andina. Em Cuenca, o valor da contribuição comunitária em termos de trabalho, materiais e equipamentos representa o dobro do valor dos projetos financiados pelo Orçamento Participativo.(UN-Habitat, 2004)

Quanto ao meio de transporte de funcionários, apesar de ser uma cidade pequena, a frota municipal é suficiente para atender essa necessidade, onde o gasto seria somente com combustível.

Os recursos voltados a comunicação podem ser variáveis, por se tratar de uma cidade de aproximadamente 42 mil habitantes, a comunicação será feita

automaticamente através de conversas informais entre a população, como geralmente ocorre em cidades deste porte, e para economizar recursos, ser informado por veículos de comunicação grátis, como em sites de relacionamentos e no site de cidade, somente se investiria se fosse realmente necessário.

5.4 Resultados Esperados

O Orçamento Participativo pode trazer diversos benefícios para a cidade e para os cidadãos.

A maioria dos estudiosos e participantes dos OPs concordam com que um de seus principais benefícios é aprofundar o exercício da democracia através do diálogo do poder público com os cidadãos. Um outro benefício é que o Orçamento Participativo faz com que o estado preste contas aos cidadãos, contribuindo assim para a modernização da administração pública.

Na América Latina, em diversos casos o Orçamento Participativo é uma ferramenta para colocar em ordem as prioridades sociais e promover a justiça social. Os cidadãos passam de simples observadores a protagonistas da administração pública, ou seja, participantes integrais, ativos, críticos e reivindicadores. Principalmente nessa região, o OP dá aos cidadãos melhores oportunidades de acesso a obras e serviços como saneamento básico, pavimentação das ruas, melhorias no transporte público e centros de saúde e educação. Participando ativamente no processo do Orçamento Participativo, os cidadãos definem suas prioridades e, ao fazê-lo, têm a oportunidade de melhorar de forma significativa a sua qualidade de vida dentro de um período relativamente curto. Além disso, eles têm a possibilidade de controlar e monitorar a execução do orçamento. Por outro lado, o OP também incentiva os processos de modernização administrativa e alimenta o processo de planejamento estratégico do município. (UN-Habitat, 2004)

Além da cidade e dos cidadãos a Administração Pública local também pode ser uma beneficiária dessa ferramenta democrática. Conforme a UN-Habitat (2004) o Orçamento Participativo:

- Aumenta a transparência da administração pública e a eficiência dos gastos públicos.
- Incentiva a participação dos cidadãos na tomada de decisões e na distribuição e supervisão da utilização do orçamento público.
- Exige maior prestação de contas dos líderes e gestores públicos.
- Permite a priorização coletiva e a co-gestão de recursos;
- Gera maior confiança entre o governo e a população.
- Cria uma cultura democrática dentro da comunidade e fortalece o tecido social.

Outro fator relevante é a contribuição que o OP fornece, com relação a diminuição de corrupção, e de acordo com a UN-Habitat (2004), isso ocorre, principalmente devido a existência de mecanismos de supervisão dos cidadãos para a execução do orçamento e as respectivas obras. A presença das comissões do Conselho do Orçamento Participativo durante as licitações para determinados projetos reduz a chance de suborno por parte de empresas e/ou autoridades públicas. A prestação de contas do município e a publicação das contas evitam o uso ilícito dos recursos.

Além disso, (Lindner, 2005) a participação da população na decisão sobre a distribuição dos recursos públicos e na elaboração da proposta orçamentária permite a legitimidade social dessas deliberações, dificultando o Poder Legislativo na realização de alterações das propostas, diminuindo a barganha política, a troca de favores e a manutenção de “currais” eleitorais, porém, sem perder suas prerrogativas constitucionais na análise e votação do projeto de lei orçamentária.

Contudo, segundo Navarro (2003), “o maior e mais extraordinário mérito do processo é a sua lógica redistributiva, em que cidadãos moradores de regiões mais favorecidas pagam mais impostos, que por sua vez (via OP), são redistribuídos às regiões mais pobres da cidade”.

Porém, apesar do OP ser direcionado a sempre beneficiar o município como um todo, ele corre riscos que, dependendo da cidade em que for implantado, pode haver efeitos reversos.

5.5 Riscos ou Problemas Esperados e Medidas Preventivo-Corretivas

Segundo a UN-Habitat (2004), existe o risco de se considerar o Orçamento Participativo como uma panaceia ou como a cura para todos os males, pois, trata-se de um sério risco para o município (que pode vir a prometer demais) e também para o cidadão (que pode vir a esperar demais). Além disso, os Orçamentos Participativos só determinam a designação de uma pequena parte de uma reduzida fatia de todos os recursos públicos representados pelos orçamentos municipais. Por esse motivo, é importante o diálogo inicial entre o município e o público para definir o alcance e as regras do jogo.

Outro fator é que de acordo com Lindner (2005), “o processo do Orçamento Participativo, se não for conduzido para buscar o desenvolvimento da cidade como um todo, pode confrontar-se com *“práticas utilitaristas” no seu interior, traduzidas na competição por recursos escassos e as práticas autoritárias e clientelistas, tão comuns entre os próprios líderes comunitários* (NAVARRO, 1997, 218)”.

Essas práticas, segundo a UN-Habitat (2004), assim como a burocratização ou mesmo a corrupção entre os delegados do OP podem ser evitadas:

Existe o risco de que os delegados ou conselheiros utilizem o Orçamento Participativo como um trampolim político ou eleitoral ou para conseguir privilégios pessoais. É preciso observar que geralmente o trabalho dos conselheiros e delegados não é remunerado. Algumas cidades criaram normas para reduzir esses riscos, mas ainda há muito para se fazer. Não permitir a reeleição dos delegados e/ou conselheiros é o primeiro passo do processo. Em Porto Alegre, os servidores municipais não podem ser delegados do Orçamento Participativo. Em Cotacachi, um município indígena do Equador, o provérbio Quíchua “não roubar, não mentir e não ser preguiçoso”³⁰ é sempre repetido publicamente. Entretanto, apesar dos exemplos positivos, é preciso lembrar que o OP não é uma ilha. Nos casos onde já houver uma cultura política corrupta e clientelista, essa cultura deverá ser confrontada. O Orçamento Participativo pode contribuir para essa transformação, mas não pode produzi-la sozinho.

O fato é que desentendimentos e corrupção acabam surgindo, e a democracia é uma forma de tentar diminuir ou evitá-los, porém, é necessário que os instrumentos sejam feitos corretamente, e sempre procurando se estruturar de acordo com as necessidades.

6 CONCLUSÃO

A Estancia Turística de Presidente Epitácio tem características pouco democráticas em relação ao planejamento e execução de seu orçamento, e por esses motivos, este trabalho propôs um projeto de implantação de Orçamento Participativo.

A importância desta ferramenta para a cidade é democrática, pois faz com que surja o interesse da sociedade para com as tomadas de decisões que atualmente são feitas apenas pela administração. Além disso, a relação Estado/sociedade faz com que a maioria participante no OP tenha prioridade, surgindo assim, satisfação popular.

Este trabalho fez ainda, uma descrição geral do município em pauta, bem como o diagnóstico, através de uma avaliação geral do município em relação aos elementos de Gestão Pública abordados na revisão teórico-empírica e demais aspectos de interesse. Ficando clara a necessidade da criação de um OP, pois a transparência e a participação popular encontram-se tanto na redação das leis municipais, quanto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A proposta deste projeto foi abordar o tipo de estrutura a ser implantada, bem como seus procedimentos, métodos e técnicas, usando por base modelos orçamentos participativos de outros municípios. Já no plano de implantação, foram descritas algumas estratégias e forma de monitoramento.

Foi visto ainda que os recursos, no caso da implantação e operação do OP não são altos, pois é movido por voluntariado. O gasto seria somente com transporte e se necessário por meios de comunicação.

Por fim, Foram demonstrados seus resultados esperados, bem como os riscos que o município corre no caso de não se adaptar ao OP.

Esse projeto foi feito com a intenção de continuidade, porém, ocorrerá somente se houver vontade política, e colaboração dos funcionários e da comunidade em geral. Para uma melhor eficácia, deve se fazer um estudo mais a fundo das próprias características democráticas do município como um todo, e regularmente, fazer com que se adapte a realidade do mesmo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BEER, Stafford. *Cibernética e Administração Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1969. 274 f. (Tradução de *Cybernetics and Management*. 2.ed. Londres: The English Universities Press Ltd. 1967)

BRASIL. Congresso. Senado. Lei Complementar n. 101 de 04 de maio de 2000. *Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp101.htm>. Acesso em: 28 jul de 2011.

COSTA, Flávia Danyelle Alves da. *O Orçamento Participativo: a institucionalização da participação popular no controle do orçamento público. O município de Campina Grande – PB*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília/DF. 2005. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000422.pdf>>. Acesso em: 17 set de 2011.

DIAS, João Marcus Pires. *O Orçamento Participativo na Cidade de São Paulo. Confrontos e Enfrentamentos no Circuito do Poder*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo/SP. 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp011549.pdf>>. Acesso em: 14 set de 2011.

Dias, Taciana de Lemos. *Análises das Funções da Organização Pública e de Necessidades Informacionais sob a Ótica de Sistemas Variáveis*. Artigo. Minas Gerais. 1998.

FERRI, Monica Freitas. *A Disputa entre Diferentes Projetos Políticos no Orçamento Participativo do Município de Vila Velha – E. Santo: Radicalização da Democracia ou Elitismo Democrático?*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santos. Vitória/ES. 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp146545.pdf>>. Acesso em: 14 set de 2011.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro. LOECK, Robson. VENEZIANO, Alicia. MAURICH, Mario Ricardo. *Análise comparada dos modelos de Orçamento Participativo em Porto Alegre, Montevideu e Buenos Aires*. Artigo. 2004. Disponível em: <www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e12-02.pdf>. Acesso em: 28 jul de 2011.

IBGE. Cidades@. Presidente Epitácio-SP. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 01 ago de 2011.

LINDNERI, Jane da Rosa Defrein. *A Participação dos Usuários da Política de Assistência Social nas Assembleias do Orçamento Participativo da Cidade de Indaial*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC. 2005. Disponível em:
<<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/cp012201.pdf>>. Acesso em: 17 set de 2011.

MORONI, Benedito de Godoy. *Presidente Epitácio: 100 anos da fundação da cidade*. Presidente Epitácio, SP: Gráfica Epitaciana, 2008.

NAVARRO, Zander. O “Orçamento Participativo” de Porto Alegre (1989 – 2002): um conciso comentário crítico. In: AVRITZER, Leonardo e NAVARRO, Zander (orgs.). *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Uma análise do Orçamento Participativo: sua implantação e desenvolvimento*. In: *Porto da cidadania: a esquerda no governo de Porto Alegre*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Controladoria Geral da União. Portal Transparência do Governo Federal. *Controle Social – Orçamento participativo*. Disponível em:
<<http://www.portaltransparencia.gov.br/controleSocial/OrcamentoParticipativo.asp>>. Acesso em: 01 ago de 2011.

PRESIDENTE EPITÁCIO (Cidade). *Lei 035, de 21 de setembro de 2005. Dispõe sobre a criação e reorganização da estrutura administrativa do poder executivo municipal e dá outras providências*. Site da Prefeitura da Estância Turística de Presidente Epitácio. Disponível em: < <http://www.pmpe.com.br/leis/LC3505.doc> > Acesso em 17 ago. 2011.

_____. *Lei Orgânica da Estância Turística de Presidente Epitácio Estado de São Paulo, de 05 de abril de 1990*. Site da Prefeitura da Estância Turística de Presidente Epitácio. Disponível em:
<http://www.pmpe.com.br/leis/10_37_49LEIORGANICA.doc> Acesso em 17 ago. 2011.

REDE BRASILEIRA DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO. *Apresentação. Rede Brasileira de Orçamento Participativo: fortalecendo a democracia, consolidando práticas e compartilhando experiências*. Guarulhos. Disponível em:
<http://www.anfermed.com.br/redeop/newop/?page_id=41/%20%E2%80%8E>. Acesso em: 28 jul de 2011.

SOUZA, Celina. *Construção e Consolidação de Instituições Democráticas. Papel do orçamento participativo*. Artigo. 2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000400010&script=sci_arttext&lng=es>. Acesso em: 28 jul de 2011.

UN-HABITAT, Programa das Nações Unidas Para Os Assentamentos Humanos. 72 *Perguntas Sobre o Orçamento Participativo. Campanha Global Pela Governança Urbana*. Manual. 2004. Disponível em: <http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=96&Itemid=235> Acesso em: 17 set de 2011

VIANA, Mario Augusto Carvalho. *Mecanismos de Participação e Fiscalização do Orçamento Público: A Experiência do Orçamento Participativo de Vitória da Conquista*. Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Vitória da Conquista/BA. 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp122124.pdf>>. Acesso em: 14 set de 2011.

ANEXO I

LEI COMPLEMENTAR Nº 035/2005, DE 21 DE SETEMBRO DE 2005.

"Dispõe sobre a criação e reorganização da estrutura administrativa do poder executivo municipal e dá outras providências".

JOSÉ ANTONIO FURLAN, Prefeito Municipal da Estância Turística de Presidente Epitácio, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal da Estância Turística de Presidente Epitácio APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

DOS OBJETIVOS PERMANENTES

Art. 1º. A Administração Pública do Poder executivo Municipal, através de ações diretas ou indiretamente, contribuindo aos esforços da iniciativa privada e de outros Poderes Públicos, tem como objetivo permanente, assegurar à população da Estância Turística de Presidente Epitácio, condições indispensáveis ao acesso a níveis crescentes de progresso e bem estar.

Art. 2º. Na qualidade de Chefe do Poder Executivo Municipal, o Prefeito adotará as medidas cabíveis e necessárias para que os órgãos e entidades sob seu comando atuem efetivamente de forma integrada e racional em cooperação com as iniciativas federais, estaduais, comunitárias e particulares na realização das missões indispensáveis ao cumprimento de seus objetivos permanentes.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 3º. A Administração Municipal se norteará pelas seguintes diretrizes gerais:

- I- adotar o planejamento participativo, como método de integração, celeridade e racionalidade das ações de governo;
- II- predominar o interesse social na prestação dos serviços públicos;
- III- fomentar as atividades produtivas em consonância com as potencialidades do município;
- IV- realizar investimentos públicos indispensáveis à criação de condições infra-estruturais para induzir maior aproveitamento das potencialidades econômicas do município e necessárias à melhoria da qualidade de vida da população;
- V- promover atividades de fomento ao aproveitamento do potencial turístico e dos recursos hídricos;
- VI- explorar os recursos naturais do município, ao menor custo ecológico, assegurando sua preservação como bens econômicos de interesse das gerações atuais e futuras;
- VII- promover a modernização permanente da estrutura governamental, dos instrumentos, procedimentos e normas administrativas, com vistas a reduzir custos, desperdícios e impedir ações redundantes, para tornar ágil o atendimento aos munícipes;
- VIII- criar condições gerais e necessárias ao cumprimento eficiente, eficaz e ético das missões incumbidas aos agentes públicos;
- IX- valorizar o pessoal administrativo e técnico da Administração Pública Municipal, através de política de administração de recursos humanos com planos de cargos e salários e de carreira, programas de treinamento e capacitação, priorizando o ingresso mediante concurso público;
- X- Reduzir ao máximo a burocracia, mantendo o essencial para cumprir as exigências legais, facilitando e simplificando o acesso dos munícipes aos serviços municipais;
- XI- *Estabelecer critérios para priorizar programas segundo a essencialidade da obra ou serviço e atendimento do interesse coletivo.*

CAPÍTULO III

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 4º. As atividades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal, obedecerão aos seguintes princípios fundamentais:

- I- Planejamento;
- II- Organização;
- III- Coordenação;
- IV- Delegação de competência;
- V- Controle;
- VI- Racionalização.

§ 1º. O Poder Executivo Municipal adotará o Planejamento como método e instrumento de integração, celeridade e racionalização de suas ações.

§ 2º. O objetivo social da organização é melhorar as condições de trabalho, permitindo uma operacionalização das ações de governo com o máximo de eficiência e com um mínimo de dispêndio e risco.

§ 3º. As atividades da Administração Pública Municipal, assim como a elaboração e execução de planos e programas de governo serão objetos de permanente coordenação, em todos os níveis administrativos, com vistas ao pleno rendimento.

§ 4º. A delegação de competência será utilizada como instrumento de descentralização administrativa, objetivando assegurar maior rapidez e objetividade aos processos de execução e decisão, assim como a transferência de responsabilidade executiva dos atos e fatos administrativos.

§ 5º. O controle será exercido em todos os níveis da administração, compreendendo os controles formais obedecendo à preceitos legais e regulamentares, através de instrumentos de acompanhamento e avaliação dos resultados da atuação dos diversos órgãos e agentes, compreendendo principalmente:

- I- Controlar e acompanhar, os níveis de chefia a execução dos programas, projetos e atividades e da observância das normas que regulam as atividades municipais;
- II- Fiscalizar a regularidade da aplicação do dinheiro, valores e bens do município.

CAPÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS PRINCIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 5º. Constituem instrumentos principais de atuação da Administração Municipal:

- I- Atos institucionais, normativos e executivos gerais e especiais;
- II- Plano de Ação de Governo;
- III- Plano Plurianual de Investimentos;
- IV- Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- V- Orçamentos Anuais;
- VI- Projetos Especiais;
- VII- Programação Financeira de Desembolso;
- VIII- Relatórios de acompanhamento de execução de Planos, Programas, Projetos e Atividades, com avaliação de resultados;
- IX- Auditorias;
- X- Cursos e Seminários;
- XI- Divulgação dos resultados das atividades governamentais;
- XII- Participação de Consórcios Intermunicipais.

CAPÍTULO V

DA NATUREZA DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 6º. A organização administrativa do Poder Executivo Municipal, compreende os órgãos da Administração Pública Direta, as entidades de Administração Pública Indireta e as fundações por ele instituídas e mantidas.

Art. 7º. A Administração Pública Direta é constituída de órgãos auxiliares, de assessoramento e de administração específica, compreendendo um sistema organizacional em linha e um de assessoria e planejamento que se integram sob os princípios de organização hierárquica e funcional.

Art. 8º. A Administração Pública Indireta é constituída de entidades dotadas de personalidade jurídica própria, a saber:

- I- Autarquias;
- II- Empresas Públicas;
- III- Sociedades de Economia Mista.

Art. 9º. As fundações instituídas pelo Poder Público Municipal são entes de cooperação paraestatal, idênticos aos demais que colaboram com a Administração Municipal e por ele amparados e controlados nas suas atividades delegadas, mantendo sua personalidade de direito privado.

Art. 10. A Administração Pública Municipal será exercida pelo Prefeito, auxiliado pela direção dos órgãos e entidades que lhe são direta e/ou indiretamente subordinadas.

Art. 11. Para execução de seus programas, a Administração Pública Municipal poderá utilizar-se de recursos colocados à sua disposição por entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou consorciar-se com outras entidades visando solucionar problemas comuns e melhor aproveitamento de recursos financeiros e técnicos, observadas as disposições legais.

CAPÍTULO VI

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO EXECUTIVO MUNICIPAL

Seção I

Do Modelo Estrutural e Funcional

Art. 12. A organização Administrativa do Poder Executivo Municipal, é constituída pelo seguinte modelo funcional:

I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

1 - Órgãos do Primeiro Nível de Organização:

1.1- Gabinete do Prefeito

1.2 - Ouvidoria;

1.3 – Secretaria de Administração;

- Departamento de Trânsito;
- Divisão de Pessoal;
- Divisão de Compras e Licitações;
- Divisão de Material e Patrimônio;
- Divisão de Informática;
- Junta de Serviço Militar;

1.4 – Secretaria de Finanças;

- Divisão de Orçamento e Contabilidade;
 - o Contabilidade;
 - o Convênios;
 - o Controle Interno.
- Divisão de Tributação;
 - o Cadastro;

- Lançadoria;
 - Fiscalização.
- Divisão de Tesouraria e Finanças
 - Tesouraria;
 - Finanças.
- 1.5 – Secretaria de Negócios Jurídicos;
 - Procuradoria;
 - Procedimentos Administrativos;
 - Procedimentos Judiciais.
- 1.6 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;
 - Divisão de Assistência Social Geral;
 - Divisão de Assistência a Criança e ao Adolescente;
 - Divisão de Subvenções Sociais.
- 1.7 - Secretaria de Economia, Planejamento e Meio Ambiente;
 - Departamento de Meio Ambiente;
 - Divisão de Industrial e Comércio;
 - Divisão de Projetos e Gestão de Convênios;
 - Parque Industrial.
- 1.8 – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Relações Agrárias;
 - Divisão de Agricultura;
 - Divisão de Pecuária;
 - Divisão de Aquicultura;
 - Incra.
 - Abastecimento/Matadouro
- 1.9 – Secretaria de Saúde (Fundo Municipal de Saúde);
 - Divisão de Administração de Suprimentos;
 - Divisão de Atenção Básica;
 - Divisão de Ambulatório Hospitalar;
 - Divisão de Vigilância Sanitária;
 - Divisão de Vigilância Epidemiológica;
 - Divisão de PSF's
 - Divisão de Agendamento e Locomoção de Pacientes;
 - Divisão de Suprimentos.
- 1.10 – Secretaria de Educação e Esportes;
 - Divisão de Administração;
 - Divisão de Ensino Infantil;
 - Pré-Escola;
 - Creche;
 - Divisão de Ensino Fundamental;
 - Ensino Fundamental;
 - Fundef 60%;
 - Fundef 40%;
 - Divisão de Ensino Médio;
 - Divisão de Transporte Escolar;
 - Divisão de Alimentação Escolar;
 - Divisão de Educação Especial;
 - Divisão de Educação de Jovens e Adultos;
 - Divisão de Conservatório Municipal.
- 1.11 – Secretaria de Turismo e Cultura;
 - Divisão de Cultura;
 - Divisão de Turismo.
- 1.12 - Secretaria de Obras, Habitação e Infra-Estrutura;
 - Departamento de Obras e Infra-Estrutura;
 - Departamento de Urbanização e Limpeza;
 - Departamento de Habitação;
 - Departamento de Engenharia;
 - Divisão de Transportes;
 - Garagem;
 - Oficina;
 - Controle de Frota;

- Divisão de Almoxarifado;
- Divisão de Administração;
- Cemitério.

Parágrafo único. Os Órgãos especificados como de primeiro nível de organização (Secretarias) são autônomos entre si.

Art. 13. A estrutura da Administração Municipal direta é constituída de órgãos adequadamente entrosados entre si, obedecida a subordinação hierárquica:

- a) NIVEL I – SECRETARIA;
- b) NIVEL II - DEPARTAMENTO;
- c) NIVEL III – DIVISÃO.

§ 1º. A Ouvidoria e o Gabinete do Prefeito estão em nível hierárquico idêntico ao de secretaria.

§ 2º. A Unidade não conterà necessariamente os níveis hierárquicos inferiores ou intermediários.

Seção II

Estrutura Básica da Administração Direta

Art. 14. Observado o nível de organização definido no artigo 12 desta lei, a Estrutura Básica da Prefeitura Municipal fica assim constituída:

I - ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA:

- 1 - Gabinete do Prefeito:
 - 1.1 - Assessoria de Gabinete;
 - 1.2 - Serviço de Auditoria interna;
 - 1.3 - Fundo Social de Solidariedade;
 - 1.4 - Assessoria de Comunicação;
 - 1.5 – Conselhos Municipais;
 - 1.6 – Conselho Tutelar.
- 2 - Ouvidoria.

II - ÓRGÃOS DE ATIVIDADES INSTRUMENTAIS OU ATIVIDADES MEIO:

- 1 – Secretaria de Administração;
- 2 – Secretaria de Finanças.

III - ÓRGÃOS EXECUTIVOS OU DE ATIVIDADES FINALISTICAS

- 1 - Secretaria de Negócios Jurídicos;
- 2 - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;
- 3 - Secretaria de Economia, Planejamento e Meio Ambiente;
- 4 - Secretaria de Agricultura, Pecuária e Relações Agrárias;
- 5 - Secretaria de Saúde (Fundo Municipal de Saúde);
- 6 - Secretaria de Educação e Esportes;
- 7 - Secretaria de Turismo e Cultura;
- 8 - Secretaria de Obras, Habitação e Infra-Estrutura.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo, por Decreto, criará os órgãos de nível inferior à Divisão de acordo com as necessidades de serviço, fixando-lhes as respectivas competências e atribuições.

Seção III

Da Administração Indireta

Art. 15. As autarquias e demais entidades de administração indireta, serão criadas e regulamentadas em legislação específica.

Art. 16. A ATEPPE – Autarquia Municipal Administração do Terminal Portuário de Presidente Epitácio, criada através da Lei Complementar nº 027/03 de 28 de maio de 2003, reger-se-á por Regimento Interno, instituído através do Decreto nº 2.016/2003 de 04 de julho de 2003.

Parágrafo único. A Autarquia, embora constituída, ainda não implantada, terá sua efetiva instalação, com independência financeira e autonomia administrativa à partir de 1º de janeiro de 2006.

Seção IV

Do Organograma Funcional

Art. 17. A representação gráfica da Estrutura Básica do Poder Executivo está expressa no anexo I, que passa fazer parte integrante desta Lei.

CAPÍTULO VII

DA COMPETÊNCIA GENÉRICA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

DO GABINETE DO PREFEITO

Art. 18. O Gabinete do Prefeito como órgão auxiliar de assistência direta ao Prefeito, tem por finalidade e competência:

- I- Assessorar administrativamente ao Prefeito;
- II- Prestar assistência ao Chefe do Executivo em suas relações político-administrativas com municípios, associações de classe, órgãos e entidades públicas e privadas;
- III- Organizar e controlar a agenda do Prefeito;
- IV- Preparar e expedir correspondências do Prefeito;
- V- Recepcionar autoridades e hóspedes oficiais do Município;
- VI- Transmitir ordens do Prefeito às demais autoridades municipais;
- VII- Organizar as atividades de protocolo nas solenidades oficiais, recepcionando autoridades e visitantes para cumprir a programação estabelecida;
- VIII- Apoiar administrativamente ao Prefeito e aos órgãos colegiados do Município;
- IX- Representar eventualmente o prefeito ou os secretários municipais em compromissos para o qual estiverem impedidos;
- X- Secretariar todos os serviços atinentes ao chefe do executivo;
- XI- Coordenar relações entre executivo e legislativo, controlando processo legislativo quanto aos requerimentos, indicações, projetos em andamento, cuidando para que os prazos sejam respeitados, as informações e respostas sejam prestadas;
- XII- Desenvolver atividades relativas à comunicação social, em especial a publicação e divulgação dos atos e fatos da administração direta e indireta do Município;
- XIII- Assessorar o prefeito na organização, supervisão e coordenação do expediente da Prefeitura, bem como nas relações com parlamentares, autoridades e municípios;
- XIV- Recepcionar e atender municípios, entidades, associações de classe e demais visitantes, prestando esclarecimentos e encaminhando-os ao Prefeito ou às unidades competentes, para atender e solucionar problemas;
- XV- Executar atividades especiais e outras atividades afins que não sejam de nenhum outro órgão municipal;
- XVI- Supervisionar servidores hierarquicamente subordinados ao Gabinete;
- XVII- Coordenar as atividades referentes ao consórcio intermunicipal regional;
- XVIII- Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

DA OUVIDORIA

Art. 19. A Ouvidoria como órgão auxiliar de assistência direta ao Prefeito, tem por finalidade e competência:

- I- Receber as reclamações dos munícipes e outros interessados;
- II- Processar as informações colhidas junto a comunidade;
- III- Elaborar relatório dos itens assinalados no item anterior;
- IV- Manter informado o chefe do executivo sobre as denúncias ofertadas;
- V- Informar aos interessados diretos, os temas abordados pelo contribuinte;
- VI- Manter a linha direta com o cidadão visando a sua participação no processo de administração;
- VII- Levantar informações sobre as denúncias dos contribuintes;
- VIII- Prestar informações aos contribuintes, sobre suas dúvidas, sempre fundamentando as afirmações;
- IX- Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 20. A Secretaria de Administração como órgão de atividades instrumentais ou atividades meio tem por finalidade e competência:

- I- Encaminhar assuntos gerais da administração, recepcionando e orientando o público, recebendo expediente destinado ao secretário, encaminhando os demais aos diretores ou órgãos competentes, controlados pelo registro de entradas e saídas;
- II- Gerir a administração de materiais cuidando da padronização, estocagem, distribuição, controlando desde o orçamento até a compra e entrega no local de destino;
- III- Gerir a administração do patrimônio público, efetuando tombamento, registro, inventário, baixa, proteção e conservação dos bens móveis, imóveis e semoventes da prefeitura;
- IV- Coordenar e executar serviços de processamento eletrônico de dados;
- V- Receber, executar e controlar serviços como correspondências, Reprografia, fax, internet, copa, limpeza e conservação das áreas internas e externas do Paço, protocolo em geral, arquivo, comunicação interna e atividades correlatas;
- VI- Gerir as funções relativas a administração e desenvolvimentos dos recursos humanos;
- VII- Responsabilizar-se pela correta documentação dos imóveis da Administração Municipal, verificando suas regularização e/ou complementação, para evitar e prevenir possíveis danos;
- VIII- Supervisionar a realização de concursos e processos seletivos públicos municipais;
- IX- Promover realização de licitações para obras, serviços e compras necessários às atividades da Prefeitura;
- X- Supervisionar e coordenar as atividades de vigilância do patrimônio público;
- XI- Coordenar, regulamentar e fiscalizar, no limite de sua competência os serviços de sinalização urbana e das alterações de tráfego do sistema viário municipal;
- XII- Fiscalizar e fazer tomada de contas dos órgãos da administração direta, indireta e entidades, encarregados da movimentação de recursos e outros valores;
- XIII- Desenvolver programas de capacitação do pessoal de quadro de funcionários;
- XIV- Prestar assistência e orientação aos proprietários rurais, inclusive elaborando e mantendo o respectivo cadastro (DIPAM);
- XV- Desenvolver programa de fomento ao aumento de arrecadação, incentivando a emissão de nota fiscal e preparo de DIPAM “A” e “B”;
- XVI- Coordenar as atividades relacionadas a Junta de Serviço Militar;
- XVII- Desenvolver atividades informatizadas nos vários departamentos;
- XVIII- Preparar juntamente com o pessoal da área de compra, os editais de aquisição de equipamentos e material de informática;
- XIX- Desenvolver atividade de controle das atividades do trânsito;
- XX- Gerir as ações do poder público de acordo com a legislação de trânsito vigente.
- XXI- Implantar nas escolas municipais, noções básicas, com educação no Trânsito;
- XXII- Coordenar as atividades de transporte coletivo, que utilizam os serviços da Rodoviária e sub-terminal rodoviário do Município;
- XXIII- Manter-se atualizado em relação as novas tecnologias na área de informática;
- XXIV- Coordenar e desenvolver atividades de capacitação na área de informática;
- XXV- Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

DA SECRETARIA DE FINANÇAS

Art. 21. A Secretaria de finanças como órgão de atividades instrumentais ou atividades meio tem por finalidade e competência:

- I- Encaminhar assuntos gerais da área de finanças, recepcionando e orientando o público, recebendo expediente destinado a Secretaria, encaminhando os demais aos departamentos ou órgãos competentes, controlados pelo registro de entradas e saídas;
- II- Preparar dados e informações para a área jurídica elaborar lei de diretrizes orçamentárias, do Plano Plurianual de Investimentos e do Orçamento Programa;
- III- Elaborar proposta orçamentária do órgão e administrar a execução orçamentária da Prefeitura;
- IV- Coordenar e executar serviços de processamento eletrônico de dados;
- V- Controlar o nível de endividamento da prefeitura;
- VI- Desenvolver atividades relativas ao lançamento, arrecadação controle e fiscalização dos tributos municipais e demais receitas, bem como a cobrança de dívida ativa, sempre em comum acordo com a Secretaria de Negócios Jurídicos;
- VII- Desenvolver atividades de recebimento, guarda e movimentação de recursos financeiros e outros valores;
- VIII- Gerir a legislação tributária, fiscal, financeira e cadastramento de contribuintes dos tributos municipais;
- IX- Elaborar balancetes, demonstrativos, prestação de contas, atendimento das exigências do controle externo e balanços da Prefeitura Municipal;
- X- Executar outras atividades relacionadas com a ação financeira, tributária e fiscal;
- XI- Elaborar, em colaboração com os demais órgãos da Prefeitura, o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração municipal;
- XII- Processar as despesas e manter o registro e controle da administração financeira, orçamentária e patrimonial do Município;
- XIII- Fiscalizar e fazer tomada de contas dos órgãos da administração direta, indireta e entidades, encarregados da movimentação de recursos e outros valores;
- XIV- Controlar o desenvolvimento dos programas financeiros, orientando os executores na tomada de decisão;
- XV- Gerir processos de recebimento, controle e prestação de contas de convênios e recursos recebidos de órgãos públicos e privados;
- XVI- Desenvolver atividades de controle interno e auditoria dos procedimentos realizados pela Prefeitura;
- XVII- Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

DA SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS

Art. 22. A Secretaria de Negócios Jurídicos e ou Procuradoria Geral do Município, como órgão executivo ou de atividade finalística tem como finalidade e competência:

- I- Representar judicialmente a fazenda pública municipal ou administração direta municipal em qualquer instância judiciária;
- II- Assessorar o Prefeito Municipal e os diversos órgãos municipais em assuntos jurídicos;
- III- Minutar projetos de leis, decretos, resoluções, portaria e examinar do ponto de vista jurídico-constitucional, os autógrafos encaminhados à sanção do Prefeito, pela Câmara Municipal;
- IV- Executar serviços jurídicos destinados a cobrança da dívida ativa e qualquer outros créditos do Município, bem como defender nas ações ajuizadas contra o Município;
- V- Elaborar contratos e minutas de convênios entre a Prefeitura e outros órgãos ou instituições;
- VI- Emitir parecer jurídico sobre todos assuntos do Município sempre que solicitado pelo Chefe do Executivo;
- VII- Promover desapropriações amigáveis ou judiciais;
- VIII- Orientar e preparar processos administrativos;
- IX- Examinar as emendas propostas pelo poder legislativo nos projetos de lei de iniciativa do Executivo, elaborando pareceres, quando for o caso, garantindo o cumprimento dos preceitos legais vigentes;
- X- Prestar assistência às unidades administrativas em assuntos de natureza jurídica, elaborando e/ou emitindo pareceres em processos administrativos como licitações, consórcios e questões de recursos humanos ligados à administração, visando assegurar o cumprimento de leis e regulamentos;
- XI- Manter atualizadas a coletânea de leis municipais, bem como legislação federal e estadual de interesse do Município;
- XII- Executar outras tarefas correlatas à secretaria, determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Art. 23. Fica criada a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, órgão executivo ou de atividade finalística tem por finalidade e competência:

- I- Atender pessoas e segmentos da população em situação de marginalidade social e econômica;
- II- Desenvolver atividades, programas sociais e de desenvolvimento comunitário e assessorar o prefeito em atividades afim;
- III- Planejar, organizar, coordenar e estabelecer a política de assistência e desenvolvimento social da Prefeitura, analisando os problemas sociais existentes e propondo métodos capazes de prevenir ou eliminar desajustes de natureza biopsicosocial;
- IV- Desenvolver um trabalho direcionado para a promoção humana, onde as políticas de direto não serão apenas de caráter temporário por razão sociais, pessoais ou de calamidade pública, mas sim, de caráter permanente;
- V- Incentivar a criação de cooperativa e associações para a comercialização do trabalho produzido pela população;
- VI- Planejar, celebrar e coordenar convênios com órgãos Municipais, Estaduais e Federais;
- VII- Prestar assessoria ao Fundo Social de Solidariedade;
- VIII- Acompanhar as atividades desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social;
- IX- Criar mecanismos para celebrar convênios para implantação de mutirões para construção de moradias econômicas;
- X- Coordenar grupos da comunidade para produção de trabalhos artesanais;
- XI- Desenvolver programas de amparo às crianças e aos adolescentes carentes, à família e a velhice, de habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência, com promoção de sua integração á vida comunitária;
- XII- Planejar, organizar, coordenar e estabelecer a política de Assistência Social do Município;
- XIII- Incentivar e Articular a organização e participação da sociedade civil na gestão e controle das ações de Assistência e Desenvolvimento Social;
- XIV- Atender aos segmentos da sociedade em situação de pobreza absoluta e sem perspectiva de inserção no mercado de trabalho, de modo a assegurar condições mais dignas de sobrevivência;
- XV- Incentivar a capacitação e aperfeiçoamento de técnicos e agentes sociais, vinculados aos programas e projetos de Assistência e Desenvolvimento Social, viabilizando o aperfeiçoamento e melhoria da qualidade dos serviços;
- XVI- Apoiar estudos e pesquisas relacionados à área de assistência e promoção humana;
- XVII- Gerenciar e prestar auxílio à população carente, em atendimentos emergenciais e de calamidade;
- XVIII- Assegurar à criança e ao adolescente efetivação de seus direitos em integração com as demais políticas públicas setoriais;
- XIX- Promover programas comunitários que viabilizem a participação e integração de pessoas idosas, assegurando a sua convivência em família evitando a segregação;
- XX- Oportunizar o desenvolvimento do potencial da pessoa portadora de deficiência assegurando seus direitos de cidadania;
- XXI- Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

DA SECRETARIA DE ECONOMIA, PLANEJAMENTO E MEIO-AMBIENTE

Art. 24. A Secretaria de Economia, Planejamento e Meio Ambiente, como órgão executivo ou de atividade finalística tem como finalidade e competência:

- I- Analisar a situação econômica do município observando o cenário econômico nacional;
- II- Orientar as ações do município sob a égide dos princípios legais vigentes em busca do desenvolvimento economicamente sustentável;
- III- Buscar novas tecnologias, visando o aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo município;
- IV- Buscar fonte de financiamento para os projetos e programas a serem desenvolvidos, de acordo com o plano de governo da administração atual;
- V- Planejar campanhas de divulgação e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais do município em conformidade com as normas estabelecidas em lei;
- VI- Elaborar estudos de viabilidade dos projetos, programas e atividades do governo municipal, afim de melhor atender a comunidade;
- VII- Elaborar o Plano diretor do Município;
- VIII- Acompanhar o desenvolvimento do Plano diretor do Município e efetuar as suas adequações;
- IX- Elaborar juntamente com as demais secretarias o Plano Plurianual, observando as propostas de governo;
- X- Desenvolver programas de educação ambiental nas escolas e junto à população do município;
- XI- Acompanhamento das atividades quanto à preservação do meio ambiente;
- XII- Criação de agenda de compromissos com a preservação e recuperação do meio ambiente;

- XIII- Desenvolver ações relacionadas ao cumprimento da Agenda 21;
- XIV- Desenvolver programas, projetos e atividades que visam a proteção da vida animal e vegetal no município;
- XV- Atuar junto aos organismos competentes nas esferas local, estadual e federal, a fim de desenvolver um programa de preservação e recuperação do potencial econômico natural.
- XVI- Fomentar a criação de uma agência de desenvolvimento local, a fim de potencializar o desenvolvimento ambiental econômico.
- XVII- Realizar florestamento, reflorestamento e jardinagem urbana e rural, preservação de áreas verdes como praças, jardins e outros dentro do município;
- XVIII- Monitorar trabalho referente ao lixo do município, desde sua coleta até sua destinação final;
- XIX- Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E RELAÇÕES AGRÁRIAS

Art. 25. Fica criada a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Relações Agrárias como órgão executivo ou de atividade finalística tem por finalidade e competência:

- I- Planejar, executar, fiscalizar, acompanhar e gerenciar programas municipais de agricultura, pecuária, aquíicultura, pesca e relações agrárias;
- II- Promover ações concernentes a execução da política agrícola do município;
- III- Realizar programas de esclarecimento aos produtores rurais, pecuaristas e aquicultores do município;
- IV- Desenvolver programas de conservação do solo no município, através de projetos que visem a implantação de micro bacias hidrográficas;
- V- Prestar assistência e extensão rural aos produtores agrícolas, pecuaristas, aquicultores e outros do município;
- VI- Promover ações concernentes ao combate de doenças agrícolas, pecuárias e aquicultores, indicando os meios adequados para seu controle;
- VII- Coordenar campanhas de vacinação, observando o calendário estabelecido por outras esferas de governo;
- VIII- Coordenar a execução da vacinação anti-rábica no município;
- IX- Coordenar e executar programas de diversificação agrícola como piscicultura, inseminação artificial, pupunha, plantio e cultivo de frutas, e outras;
- X- Fiscalizar o programa de venda de sementes da Secretaria de Agricultura do Estado;
- XI- Planejar, implantar e coordenar o programa de produção da horta municipal e ou comunitárias;
- XII- Promover dias-de-campo, excursões, encontros e palestras referentes aos programas desenvolvidos pela Secretaria de Agricultura do Estado e da Secretaria Municipal;
- XIII- Promover cursos de capacitação e reciclagem aos produtores rurais, pecuaristas e aquicultores do município;
- XIV- Recuperar e conservar áreas do município que apresentem degradação do solo;
- XV- Prestar assistência e orientação aos proprietários rurais, inclusive elaborando e mantendo o respectivo cadastro;
- XVI- Coordenar o abate, armazenamento e entrega de animais para açougues do município e região;
- XVII- Coordenar programas de esclarecimentos e necessidade da sanidade de animais abatidos, para os interessados no município e região;
- XVIII- Gerenciar as atividades de abastecimentos de alimentos de origem animal, mineral e vegetal;
- XIX- Gerenciar as atividades do matadouro;
- XX- Planejar, executar e acompanhar os serviços relativos à arborização e poda urbana;
- XXI- Realizar atividades de controle e informação referente ao INCRA;
- XXII- Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

DA SECRETARIA DE SAÚDE (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE)

Art. 26. A Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de saúde) como órgão executivo ou de atividade finalística tem por finalidade e competência:

- I- Organizar a política de saúde destinada à promoção, proteção e recuperação da saúde com realização integrada das ações assistenciais das atividades preventivas;
- II- Identificar problemas de saúde da população com objetivo de identificar causas, prevenir, tratar e combater doenças com eficácia;
- III- Manter programas de articulação com órgãos estaduais, federais, da iniciativa privada e outros visando integração e atendimento aos serviços assistenciais à saúde e defesa sanitária do Município;

- IV- Realizar campanhas educativas e programas preventivos junto à população visando a preservação da saúde;
- V- Gerenciar recursos provenientes de convênios, de fundos e demais fontes nos diversos níveis de governo;
- VI- Administrar unidades de saúde;
- VII- Atuar no controle da higiene e saúde pública;
- VIII- Realizar Exames laboratoriais básicos a população;
- IX- Promover serviços de biometria relativos a população da rede municipal de ensino e dos servidores públicos municipais;
- X- Fiscalizar o cumprimento das posturas referente ao poder de polícia e da higiene pública;
- XI- Integrar o sistema de saúde nos mecanismos regionalizados e hierarquizados, com complexidade crescente e com sistema de referência e contra referência;
- XII- Manter organizado e em quantidade mínima, o estoque mínimo de itens de consumo interno da Secretaria;
- XIII- Manter organizado e em quantidade mínima o estoque de itens de distribuição gratuita aos munícipes;
- XIV- Prestar assistência terapêutica, principalmente com farmácia central padronizada;
- XV- Realizar inspeção de saúde dos servidores municipais para efeito de admissão, licença, aposentadoria e outros fins legais;
- XVI- Desenvolver programas de prevenção e proteção da saúde bucal;
- XVII- Integrar as ações do departamento municipal da saúde com autoridades sanitárias e epidemiológicas na promoção da saúde preventiva e na prestação de serviços que contribuam para tanto;
- XVIII- Promover ações de combate a doenças, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica, orientando o Poder Executivo sobre as medidas necessárias à resolução dos problemas;
- XIX- Encaminhar pacientes a outras unidades de saúde, quando os recursos locais forem insuficientes;
- XX- Promover programa de vacinação da população local, em campanhas específicas ou em casos de surto epidêmicos, visando preservação da saúde;
- XXI- Prestar assistência, assessoramento e informações ao Conselho Municipal de saúde;
- XXII- Coordenar e gerenciar o Fundo Municipal de Saúde;
- XXIII- Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Art. 27. A Secretaria Municipal de Educação e Esportes como órgão executivo ou de atividade finalística tem como finalidade e competência:

- I- Planejar, organizar, orientar, supervisionar, dirigir e controlar o ensino a nível municipal, desenvolvendo os programas que atendam as necessidades da comunidade local;
- II- Agilizar mecanismos para o desenvolvimento dos serviços inerentes à manutenção o ensino, do transporte escolar do sistema municipal de ensino, da alimentação escolar;
- III- Executar plano político educacional do governo municipal;
- IV- Incentivar o processo de integração Escola/ Comunidade, Rede estadual/ Rede Municipal, Rede Escolar/Instituições Públicas locais ou de outras regiões;
- V- Executar atividades destinadas a secretaria fazer cumprir as Leis Federais, Estaduais e Municipais do ensino;
- VI- Realizar cursos e orientações de natureza técnica e administrativa visando aperfeiçoamento e especialização dos servidores da área de educação;
- VII- Prestar assistência ao escolar para assegurar condições de acesso e permanência na escola;
- VIII- Coordenar e desenvolver as atividades do Conservatório Municipal;
- IX- Manter o Sistema Municipal de Ensino, com desenvolvimento de programas de ensino infantil, fundamental, educação de jovens e adultos (supletivo), ensino profissionalizante e outros que atendam as necessidades e expectativas da população;
- X- Planejar, coordenar e executar atividades, eventos e campanhas com a finalidade de desenvolver cidadania;
- XI- Promover a assistência ao escolar relacionado ao transporte, alimentação escolar, assistência médico odontológica;
- XII- Administrar o Sistema Municipal de ensino;
- XIII- Realizar e gerenciar recursos de convênios destinados especialmente para área da educação;
- XIV- Planejar e instalar projetos necessários para atender os vários tipos de demanda de ensino;
- XV- Instalar e garantir o funcionamento dos conselhos municipais da Educação e Alimentação Escolar e do Conselho de Acompanhamento (FUNDEF);

- XVI- Combater a evasão, repetência e demais causas de baixo rendimento dos alunos, através de medidas de aperfeiçoamento do ensino e de assistência ao educando;
- XVII- Promover e coordenar reuniões com pais, visando a integração escola-família-comunidade e a sua família;
- XVIII- Criar condições de ensino em parceria visando atendimento a criança portadora de deficiência;
- XIX- Interagir com outras secretarias municipais, visando a realização de programas que promovam cidadania junto aos alunos e população;
- XX- Discutir, elaborar e aprovar o plano de carreira para valorização do magistério municipal;
- XXI- Discutir diretrizes e parâmetros curriculares, subsidiando as escolas na elaboração de sua proposta pedagógica;
- XXII- Definir atribuições dos órgãos e regulamentar mecanismo, para tornar a escola autônoma e democrática;
- XXIX- Planejar, organizar, orientar, supervisionar, dirigir e controlar as atividades voltadas ao esporte a nível municipal;
- XXX- Criar e desenvolver o cronograma de atividades esportivas para crianças, jovens e adultos;
- XXXI- Desenvolver atividades esportivas nas varias modalidades esportivas;
- XXXII- Promover e incentivar o desenvolvimento dos esportes e da recreação no Município;
- XXXIII- Administrar centros comunitários de esportes e recreação;
- XXXIV- Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

Art. 28. A Secretaria de Turismo e Cultura como órgão executivo ou de atividade finalística tem por finalidade e competência:

- I- Planejar, organizar, orientar, supervisionar, dirigir e controlar as atividades voltadas ao turismo e cultura a nível municipal;
- II- Coordenar as atividades da Escola de Artes e Trabalhos (ESAT);
- III- Agilizar mecanismos para o desenvolvimento dos serviços inerentes à manutenção dos próprios necessários para o desenvolvimento das ações turísticas, esportivas e culturais;
- IV- Executar plano político de fomento ao turismo do governo municipal;
- V- Coordenar as atividades de apoio ao artesanato local, incentivando o funcionamento da Casa do Artesão;
- VI- Coordenar atividades da biblioteca, relativo à circulação, guarda e controle do acervo, promovendo sua divulgação;
- VII- Coordenar e desenvolver atividades de fomento ao artesanato local e regional;
- VIII- Efetuar registros e documentários que garantam perpetuar a história do Município;
- IX- Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

DA SECRETARIA DE OBRAS, HABITAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA

Art. 29. A Secretaria de Obras, Habitação e Infra-Estrutura como órgão executivo ou de atividade finalística tem por finalidade e competência:

- I- Planejar, executar, fiscalizar e acompanhar as obras de interesse da Prefeitura;
- II- Abrir vias públicas, rodovias municipais rurais e urbanas;
- III- Fiscalizar construção, adequação e conservação de edificações públicas municipais e instalações para prestação de serviços a comunidade;
- IV- Executar e manter serviços de limpeza pública no município;
- V- Planejar, organizar, executar e controlar programas relacionados com habitação popular destinados ao público de baixa renda;
- VI- Fomentar a implantação de convênios com o Estado e com a União no sentido minimizar o déficit habitacional;
- VII- Desenvolver programas e projetos sociais de melhoria habitacional e de infra estrutura urbana em área que requerem tais medidas;
- VIII- Expedir licenças, alvarás, baixas, habite-se e demais documentos da mesma natureza;
- IX- Realizar atividades de numeração, afiação de denominação dos prédios e logradouros públicos, atividades relacionadas com o patrimônio da Prefeitura, manutenção de praças jardins e calçadas;
- X- Coordenar e controlar a operação e manutenção da frota Municipal;
- XI- Manter os próprios municipais;
- XII- Executar e/ou fiscalizar obras de pavimentação e drenagem;
- XIII- Administrar o sistema cartográfico e cadastro técnico municipal;

- XIV- Fiscalizar a legislação relativa ao uso do solo, loteamento, e código de obras e de posturas municipais;
- XV- Planejar, executar, fiscalizar e acompanhar os serviços de limpeza pública, coleta e disposição do lixo, administração e manutenção do cemitério;
- XVI- Desenvolver ações relativas à análise, aprovação, fiscalização, vistoria de projetos e obras nos termos da legislação em vigor;
- XVII- Atender e orientar o público na aprovação e regularização de obras e edificações;
- XVIII-Elaborar projetos de obras públicas e respectivos orçamentos, detalhados em planilha de custo;
- XIX- Promover execução e fiscalização de trabalhos topográficos indispensáveis a obras e serviços a cargo da Prefeitura;
- XX- Exercer fiscalização e emitir relatório periódico sobre obras públicas de execução indireta;
- XXI- Fiscalizar a construção de conjuntos habitacionais pelos governos estadual e federal, e pela iniciativa privada;
- XXII- Promover a limpeza, manutenção e conservação de terrenos baldios e estradas vicinais rurais;
- XXIII-Gerenciar as atividades referentes ao cemitério municipal;
- XXIV-Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO VIII

DAS RESPONSABILIDADES FUNDAMENTAIS E DAS ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DE DIREÇÃO SUPERIOR

Seção I

Das Responsabilidades Fundamentais

Art. 30. Constituem-se responsabilidades fundamentais dos ocupantes de chefias, de todos os níveis, criar nos subordinados a mentalidade de bem servir ao público e, especificamente:

- I- propiciar aos subordinados o conhecimento dos objetivos da unidade a que pertencem;
- II- promover a capacitação e o aperfeiçoamento dos subordinados orientando-os na execução de suas tarefas;
- III- conhecer os custos operacionais das atividades sob sua responsabilidade, combater o desperdício e evitar a duplicidade de iniciativas;
- IV- incentivar os subordinados, estimulando a criatividade e a participação crítica nos métodos de trabalho existente.

Seção II

Das Atribuições Básicas de Direção Superior

Art. 31. São atribuições comuns dos Secretários Municipais, do Diretor de Gabinete e do Ouvidor:

- I- promover contatos sistemáticos com a população para assegurar a eficiência dos serviços sob sua responsabilidade;
- II- responder perante o Prefeito, pelo bom andamento dos trabalhos sob sua responsabilidade;
- III- delegar competências específicas de seu cargo, desde que não resultem em omissão ou redução de sua responsabilidade;
- IV- zelar pelos bens patrimoniais afetos ao órgão, respondendo por eles perante o Prefeito;
- V- indicar a necessidade de pessoal;
- VI- exercer ação disciplinar no âmbito do órgão que dirige;
- VII- desenvolver o plano setorial de trabalho do órgão que dirige de forma a indicar precisamente, objetivos a atingir e recursos a utilizar, promovendo o controle sistemático dos resultados alcançados.

CAPÍTULO IX

DOS CRITÉRIOS BÁSICOS PARA O PROCESSO DECISÓRIO

Art. 32. O processo decisório, no âmbito da Prefeitura observará os seguintes critérios:

- I - Controle de Resultados;

- II - Coordenação Funcional;
- III - Descentralização de decisões.

Seção I

Do Controle de Resultados

Art. 33. O controle de resultados dos programas e ações dos órgãos da Prefeitura constitui responsabilidade de todos os níveis de chefia e será exercido de forma sistemática e permanente compreendendo:

- I- O exame da realização física dos objetivos dos órgãos expressos em planos, programas e orçamentos;
- II- O confronto dos custos operacionais com os resultados;
- III- O exame de obras, serviços e materiais, em confronto com especificações previstas em licitações;
- IV- A eliminação de métodos, processos e práticas de trabalho que ocasionam desperdício de tempo, e de recursos financeiros, humanos e materiais.

Seção II

Da Coordenação Funcional

Art. 34. O funcionamento da Prefeitura será objeto de coordenação funcional para evitar superposição de iniciativas, facilitar a complementaridade do esforço e as comunicações entre os órgãos e servidores.

Art. 35. A coordenação se fará por intermédio de reuniões periódicas e por níveis funcionais, a saber:

- I- **Superior:** envolvendo o Prefeito, os Secretários Municipais, os Diretores de Departamento, Assessores Técnicos por intermédio da coordenação geral exercida pelo Diretor de Gabinete;
- II- **Interna:** envolvendo o Secretário Municipal ou titular de órgão equivalente e os dirigentes de áreas setoriais de atuação específica sob coordenação geral exercida pelo Secretário.

Seção III

Da Descentralização das Decisões

Art. 36. A descentralização das decisões objetivará a melhoria operacional das ações da Prefeitura, mediante o deslocamento permanente ou transitório, da competência decisória para o ponto mais próximo dos eventos que demandem decisão.

Art. 37. A descentralização processar-se-á por meio de delegação explícita de competência, informal ou formal, através de ato administrativo da autoridade competente.

CAPÍTULO X

DA IMPLANTAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 38. A implantação da estrutura administrativa prevista nesta lei será realizada de acordo com a conveniência e a disponibilidade de recursos da administração municipal.

Art. 39. Após a sua implantação, todo o planejamento municipal, planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais deverão obedecer, obrigatoriamente, a estrutura administrativa estabelecida nesta lei.

Art. 40. O Poder Executivo poderá, com o objetivo de estimular a participação da comunidade na discussão e avaliação da qualidade dos serviços públicos, criar conselhos constituídos de representantes de diversos seguimentos sociais, de caráter consultivo e sem remuneração, bem como estabelecer normas operacionais dos serviços administrativos, adotando rotinas procedimentos e formulários que assegurem sua racionalização.

Art. 41. As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 42. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2006.

Art. 43. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Presidente Epitácio, em 21 de setembro de 2005.

JOSÉ ANTONIO FURLAN
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Prefeitura Municipal na data supra.

MARLAN DE MELO
Secretário de Administração